

CARTA DE GUARUJÁ

COMPARTILHAR E DEMOCRATIZAR, UM DEVER

O acidente envolvendo o navio da empresa Log In Pantanal, na última sexta-feira (11), mais uma vez demonstrou a histórica e enorme desinteligência e total descompasso na relação Porto-Cidade entre autoridades portuárias, empresas, gestores municipais e a população.

Como se já não bastassem as idas e vindas desta epopeia sem fim, episódios recentes como os polêmicos 115 cilindros com materiais tóxicos, que ora deviam ser incinerados em terra (em Guarujá), ora descartados em alto-mar, só serviram para acentuar esse problema. Ainda sem conseguir equacionar esse problema, já nos deparamos com outro. Desta vez, uma montanha de materiais de toda sorte, que tomaram praias da Região, no último final de semana.

Sem voltar muito no tempo, para não mencionar casos como o mega incêndio da Ultracargo, da Localfrio e tantos outros, inclusive o dafosfina, e o mais recente, dos 46 contêineres naufragados, concluímos que a palavra de ordem para com os municípios da Baixada Santista é uma só: DESPREZO. Foi essa a atitude tomada pelas autoridades portuárias, quando a sociedade civil organizada esperava, na verdade, RESPEITO, COMPARTILHAMENTO E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO.

É inadmissível, inaceitável, incompreensível e ilógica a forma com que as autoridades e a armadora responsável pelo navio trataram as cidades. Enquanto todos avidamente tentavam entender a natureza e a origem dos materiais que chegavam às praias de suas respectivas cidades, reinava um silêncio sepulcral em toda a Região.

Não restou outra alternativa aos gestores municipais senão buscar informações via imprensa e, utilizando recursos municipais, oriundos dos impostos pagos pelos contribuintes, recolher e dar a devida destinação à maior parte do lixo (resíduos) produzidos pelo desastrosos evento. Afinal, enviar uma empresa

quatro dias depois do acidente para realizar a tarefa num cenário de mar revolto, sinceramente, apenas e tão somente serviu para recolher as carcaças dos contêineres, uma vez que a maior parte da tarefa já havia sido desempenhada pelas equipes municipais de limpeza e pela própria população, que se lançou ao mar movida pela curiosidade de vasculhar os compartimentos que se encontravam abandonados, à deriva.

Por providência divina, ou por pura sorte, nenhuma vida humana foi ceifada, embora não possamos dizer o mesmo em relação ao ecossistema marinho. Mais uma vez, coube ao acaso nos proteger, mas a pergunta que fica é: ATÉ QUANDO?

Desta feita, nos reunimos, nesta sexta-feira (18), para registrar nossa indignação e sugerir:

a) por meio das compensações ambientais definidas pelo Ministério Público, a canalização de recursos para instalação de Centros de Monitoramento Ambiental (terra, água e ar), objetivando manter fiscalização permanente e ininterrupta, ou preferencialmente por meios de recursos diretos da Codesp;

b) a criação, pela CODESP, de um gabinete de emergência, assim como equipes permanentes, donde após qualquer sinistro seja possível reunir e repassar informações imediatamente para todas as prefeituras;

c) a criação de um grupo permanente de emergência para acompanhar esses trabalhos, constituído por membros de todas as a cidades, determinando que seja acionado logo após o evento;

d) a definição de que tal modelo seja utilizado para sinistros de média e grande proporções nas empresas que manipulam produto perigoso;

e) o assunto não se esgota aqui. Sugerimos que as reuniões dos secretários seja itinerante, com cada prefeito, possibilitando assim que cada cidade elabore sua carta sobre o tema.

Próxima Reunião:

Quarta-feira (23) - Reunião com a Codesp na Prefeitura Municipal de Santos, às 19 horas, com a presença do Prefeito Paulo Alexandre Barbosa.

Guarujá, 18 de agosto de 2017

Participaram da reunião:

Válter Suman
Prefeito de Guarujá

Sidnei Aranha
Secretário Municipal de Meio Ambiente de Guarujá

Marco Antonio Godoy
Secretário Municipal de Meio Ambiente de Bertioga

Mauro Haddad Nieri
Secretário Municipal de Meio Ambiente de Cubatão

Josival Gomes de Souza
Secretário de Assuntos Jurídicos de Peruíbe

Israel Lucas Evangelista

Secretário Municipal de Meio Ambiente de Praia Grande

Vitor Carlos Vitório do Espírito Santo

Secretário Municipal de Meio Ambiente de São Vicente

Marcos Libório

Secretário de Meio Ambiente de Santos